PORTARIA Nº 2337/2009
(Alterada pela [Portaria nº 2360/2009](#))

Dispõe sobre normas para fornecimento de certificados digitais para Magistrados e Servidores no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o **Certificado Digital**, na prática, equivale a uma carteira de identidade virtual que permite a identificação de uma pessoa no meio digital/eletrônico ao enviar mensagem ou transação pela rede mundial de computadores que exija validade legal e identificação inequívoca.

CONSIDERANDO que o certificado digital contém dados de seu titular, tais como nome, identidade civil, e-mail, nome e assinatura da Autoridade Certificadora que o emitiu conferindo à tecnologia validade jurídica ao documento assinado digitalmente do equivalente em papel.

CONSIDERANDO que o certificado digital providencia a prova inegável de que uma mensagem ou documento assinado digitalmente veio do emissor e garante ao receptor a verificação de três principais propriedades, **a autenticidade** - o receptor deve poder confirmar que a assinatura foi feita pelo emissor; **a integridade** - qualquer alteração da mensagem/documento faz com que a assinatura não corresponda mais ao documento; **não repúdio ou irretratabilidade** - o emissor não pode negar a autenticidade da mensagem/documento.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o fornecimento de certificados digitais para magistrados e servidores no desenvolvimento dos seus trabalhos institucionais junto ao uso de aplicações/sistemas de informática que exigem o dispositivo de segurança;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regras para emissão de certificados digitais, assim como definir ações quando houver perda, revogação, subtração por outrem ou esquecimento das senhas de segurança;

RESOLVE:

Art. 1º - O certificado digital será fornecido para todos os magistrados e servidores cujo objetivo do serviço a ser desempenhado requeira a utilização deste dispositivo de segurança;

Art. 2º - Cabe à Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR a contratação de [Autoridade Certificadora \(AC\)](#) da ICP-Brasil para a emissão dos certificados digitais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

Art. 3º - A Diretoria Executiva de Informática será o setor responsável a autorizar o fornecimento do certificado digital ao requisitante.

§ 1º - Os magistrados deverão encaminhar e-mail para a conta certificadodigital@tjmg.jus.br requerendo o fornecimento do certificado digital.

§ 2º - A solicitação de fornecimento de certificado digital para servidores deverá ser encaminhada por e-mail para a conta certificadodigital@tjmg.jus.br devidamente justificada pelo diretor e ou gerente.

Art. 4º - Nos casos de perda do certificado digital ou situações que configure crime contra o patrimônio, o magistrado/servidor deverá imediatamente efetuar os procedimentos legais junto a Polícia Civil. O fato também deverá ser informado à Diretoria Executiva de Informática pelo e-mail certificadodigital@tjmg.jus.br para as providências quanto ao cancelamento/revogação do certificado perdido. (Caput alterado pela [Portaria nº 2360/2009](#))

~~Art. 4º - Nos casos de perda ou subtração por outrem do certificado digital, o magistrado/servidor deverá imediatamente efetuar os procedimentos de queixa criminal junto a Polícia Civil. O fato também deverá ser informado à Diretoria Executiva de Informática pelo e-mail certificadodigital@tjmg.jus.br para as providências quanto ao cancelamento/revogação do certificado perdido.~~

Parágrafo único - As despesas decorrentes da emissão de novo certificado somente correrão a expensas do TJMG mediante a apresentação de boletim de ocorrência policial quando se tratar de crimes contra patrimônio.

Art. 5º - Para os casos omissos a Diretoria Executiva de Informática encaminhará o requerimento para apreciação do Comitê de GTI.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Belo Horizonte, 20 de Julho de 2009.

Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE
Presidente.